



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

ATA Nº 3/2023/CONSUP/IFTO, DE 18 DE ABRIL DE 2023

1 Ata da primeira reunião ordinária de dois mil e vinte três do Conselho Superior do
2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins — IFTO. No dia
3 dezoito de abril de dois mil e vinte e três, às nove horas, por videoconferência,
4 reuniu-se, sob a presidência do reitor, Antonio da Luz Júnior, o Conselho Superior do
5 Instituto Federal do Tocantins. Foi registrada a presença dos representantes do
6 Colégio de Dirigentes: Paula Karini Dias Ferreira Amorim, primeira titular; Pietro
7 Lopes Rêgo, segundo titular; Flávio Eliziário de Souza, terceiro titular; Manoel
8 Delintro de Castro Neto, quarto titular; dos representantes dos servidores docentes:
9 Otávio Cabral Neto, primeiro titular; Saldanha Alves Braga, segundo titular; Maukers
10 Alem Lima Dias, terceiro titular; Gerson Alves de Oliveira, quarto titular; dos
11 representantes dos servidores técnico-administrativos: Iomar Lima Lago, primeiro
12 titular; Mayana Alencar de Matos, segunda titular; Leandro Oliveira Campos,
13 terceiro titular; Clarissa Macêdo Silva, quarta titular, dos representantes dos
14 discentes: Elson Martins Neves, primeiro titular; dos representantes dos egressos:
15 Cristiely Maria de Sousa Alves de Oliveira, primeira titular; dos representantes da
16 Secretaria Estadual de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária
17 — SEAGRO: Thiago Fontolan Tardivo, titular; da representante da Secretaria do
18 Conselho Superior: Rosseane Elysa Ferreira Barbosa. O presidente agradeceu a
19 presença de todos, conferiu o quórum e declarou aberta a sessão. Na sequência,
20 procedeu-se aos informes. O presidente informou que na noite véspera tinha sido
21 informado de que no dia 19/04, às 15 horas em Brasília o presidente Lula faria o
22 anúncio da recomposição orçamentária da Rede Federal, que no dia da reunião
23 ainda não tinha seu valor oficial divulgado. Justificou que não estaria presente na
24 solenidade em virtude da convocação do Colégio Dirigentes — CODIR para a mesma
25 data com pautas também de extrema importância para a instituição. Ressaltou que
26 o IFTO não seria prejudicado em função disso, uma vez que os valores seriam
27 distribuídos com critérios pré-estabelecidos. Destacou que o momento do anúncio
28 do presidente em relação à recomposição orçamentária para toda a rede Federal era
29 um momento festivo, bastante aguardado por todos, informou ter acabado de
30 assinar, enquanto aguardava o quórum da reunião, o edital de Projeto de Extensão
31 que estava dependendo desta confirmação, uma vez que as bolsas de pesquisa,
32 extensão e ensino tiveram reajuste, mas não tinham ainda o impacto orçamentário
33 desse reajuste, pois não tiveram complemento orçamentário para esse reajuste.
34 Ressaltou que a publicação dos editais estava, gerando um déficit grande no
35 orçamento do IFTO que estava aguardando a sinalização do presidente para que
36 pudesse dar sequência na publicação dos editais. Informou às comunidades que os
37 editais publicados estavam com os valores de bolsa atualizados e, o mais
38 importante, mantendo o mesmo volume de projetos. Lembrou a todos do Encontro
39 dos Servidores que aconteceria naquela semana, dias 20, 21 e 22 em Pedro Afonso.

40 Agradeceu a toda comunidade do *Campus* Pedro Afonso em nome da diretora
41 Mírian Peixoto que estava à frente da organização do evento. Tranquilizou a todos os
42 participantes que se deslocariam quanto à receptividade da comunidade do
43 *Campus*, pois a mesma estava inteiramente mobilizada para receber e fazer o
44 melhor encontro dos servidores da história do IFTO. Disse que o evento já tinha um
45 público expressivo, praticamente 350 (trezentas e cinquenta) pessoas
46 inscritas. Destacou que o momento era importante para a instituição, pois a
47 retomada dessas atividades possibilitaria o reencontro e reaproximação dos
48 servidores, por isso, era um momento bastante aguardado por todos. Informou que
49 naquela semana esteve em reunião com a diretora do *Campus* Palmas, Noemi, e a
50 senadora, professora Dorinha. Inteirou que estavam em busca do reenquadramento
51 da estrutura do *Campus* Palmas do IFTO. Contextualizou que em 2016 havia sido
52 publicada uma Portaria, naquela época nomeada de 246, que enquadrava cada uma
53 das unidades da Rede Federal e que neste enquadramento o *Campus* Palmas era
54 uma unidade com perspectiva para 150 (cento e cinquenta) professores. No entanto,
55 já naquela época Campus Palmas possuía mais de 200 (duzentos) professores, ou
56 seja, claramente houve um erro de enquadramento do *Campus*. Destacou que este
57 erro de enquadramento do *Campus* Palmas afetava todas as unidades do IFTO, uma
58 vez que, para a liberação do quadro de professores, o governo federal analisava o
59 quantitativo do IFTO e não da unidade isolada. Neste caso, se no *Campus* Palmas
60 haviam mais professores por conta desse equívoco de enquadramento do que o
61 previsto na Portaria, certamente esse número a mais tinha que ser retirado de
62 outras unidades, o que estava impedindo que as demais unidades da instituição
63 atingissem o número máximo de investimento em professores, o que atrapalhava o
64 desenvolvimento institucional. Explicou que não era falha pessoal de ninguém, e que
65 precisavam corrigir o erro. Lembrou que em 2018 estiveram em reunião no
66 Ministério da Educação, mas naquela época, não conseguiram resolver totalmente a
67 questão. Citou que naquela época haviam dois equívocos de enquadramento no
68 IFTO: o do *Campus* Paraíso enquanto unidade agrícola, que já havia sido
69 solucionado; e o do *Campus* Palmas, que persistia. Informou que, buscaram o apoio
70 da Senadora Dorinha, para que ela os ajudasse nessa mediação junto ao governo, e
71 que ela se comprometeu em agendar uma reunião com o ministro da Educação
72 para os auxiliarem na mediação do problema. Dado todo o envolvimento e a
73 importância política da senadora naquele início de governo, o presidente acreditava
74 no impacto positivo a favor do IFTO, uma vez que resolvida a questão tinha
75 expectativa do crescimento significativo do número de professores em todas as
76 unidades. Destacou a importância em explicar o que estava acontecendo, pois a
77 partir da divulgação da luta pelo enquadramento do *Campus* Palmas, cobranças e
78 questionamentos por demandas de outras unidades poderiam surgir. No entanto, o
79 presidente esclareceu que o reenquadramento do Campus Palmas era solução para
80 todas as outras unidades do IFTO. Informou o trabalho de ampliação das parcerias
81 institucionais, inclusive, ele, o diretor de relações institucionais do IFTO, Cristiano e o
82 secretário executivo do governo, Jairo Mariano, trataram da parceria do IFTO com a
83 Polícia Militar na reunião do mês anterior. Informou a formação de 1000 (um mil)
84 soldados no curso que estava encerrando na época e citou que o governo previa o
85 lançamento de mais 600 (seiscentas) vagas para Polícia Militar. Salientou que a
86 missão do IFTO neste encontro, era a renovação, garantia de que o IFTO fosse a
87 instituição a ofertar o curso aos 600 (seiscentos) policiais, o que ficou assegurado
88 pelo governo do Estado, que reconheceu a importância da parceria com a
89 instituição. Informou que a parceria com a Agência de Mineração do Estado do

90 Tocantins — AMETO já estavam em fase avançada para a oferta de 120 (cento e
91 vinte) vagas de curso técnico em Mineração em 8 (oito) cidades do Estado do
92 Tocantins. Citou que a expectativa naquele momento era a assinatura da parceria e
93 sua publicação oficial durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins -
94 AGROTINS, na qual teriam a presença do governador do Estado no stand do IFTO.
95 Ressaltou que o movimento era mais ação do IFTO levando informação, que a área
96 não era originalmente uma área de atuação do IFTO, mas era uma área significativa
97 para a economia do Estado. Informou que naquele dia às 13 horas tinha uma
98 reunião agendada com o presidente da Agência Tocantinense de Regulação - ATR,
99 para tratar de mais uma parceria, que em breve chegaria para apreciação do
100 Conselho. Informou que o IFTO havia sido convidado para auxiliar o governo do
101 estado no desenvolvimento de softwares. O IFTO contribuiria com a ATR no
102 desenvolvimento de dois softwares que auxiliariam o governo na tarifação de
103 empresas que prestavam serviço no Estado do Tocantins e que estavam recolhendo
104 taxa da população, mas não estavam repassando para o governo do Estado por falta
105 de um instrumento de acompanhamento e verificação desse repasse. O IFTO
106 auxiliaria o governo nesse aspecto, mais uma ação que também geraria benefícios
107 para a comunidade, pois o aumento da arrecadação do governo seria revestido em
108 serviços para toda a população. Ação que também abriria espaço de atuação para os
109 servidores, tanto técnicos quanto professores, e estudantes no trabalho de
110 desenvolvimento de software. O presidente disse estar bastante satisfeito com essa
111 oportunidade. Convidou a todos para visitarem e participarem da AGROTINS que
112 ocorreria de 15 a 20 de maio de 2023, reforçou a presença do IFTO no evento com o
113 estande que estava sendo preparado e planejado por toda equipe da instituição há
114 algum tempo. Ressaltou a expectativa de, mais uma vez deixar a marca positiva do
115 IFTO no evento e demonstrar a importância da Feira para o desenvolvimento no
116 Estado, especialmente no agronegócio. Destacou a participação dos estudantes e
117 servidores de todas as unidades, com apresentações de projetos como resultados
118 de trabalhos de pesquisa e de extensão fomentados pela Instituição. Destacou que
119 não tinha dúvida de que seria um momento importante para a Instituição e que
120 todos aqueles que tivessem a oportunidade de participar e conhecer um pouco do
121 que era desenvolvido dentro do IFTO teriam ainda mais orgulho em participar e de
122 fazer parte da maior e melhor instituição do Tocantins. A conselheira Mayana Matos
123 compartilhou um pouco da experiência no Café em homenagem ao dia do jornalista,
124 celebrado no dia 7 de Abril. Disse ter sido um momento de reflexão sobre a
125 importância da área e dos profissionais para a Instituição. O evento foi em
126 homenagem aos profissionais da Imprensa e dos veículos Tocantinenses, locais
127 e regionais, e também para os profissionais que atuavam nas assessorias de
128 imprensa dos órgãos, parlamentares e empresas parceiras. Disse que o momento foi
129 muito significativo, contaram com a presença de pessoas representando veículos
130 dos quais o IFTO precisava estreitar a relação. Destacou o trabalho na rádio, como
131 uma plataforma de alcance relevante para diversos públicos, nas diversas
132 localidades. Cumprimentou a Diretoria de Comunicação na pessoa da diretora
133 Andressa e toda a equipe que organizou o momento, e parabenizou especialmente
134 as profissionais: Tâmara Filgueiras, Kelyne Guimarães, Greciane Souza, Lúcia Gomes,
135 Eliane Vieira e a Mayara Sobral pelo Dia do Jornalista do IFTO e por terem
136 levado informações e feito mediações entre tudo o que foi desenvolvido pelo IFTO e
137 as comunidades. Informou ter a intenção de que o evento se repetisse nos próximos
138 anos, como parte do calendário de eventos do IFTO abraçando cada vez mais os
139 profissionais da área. Estendeu os cumprimentos aos jornalistas atuantes no IFTO

140 com outras atribuições, mas que também tinham a formação na área. Ressaltou
141 mais uma vez a importância do momento que foi muito significativo e
142 representativo, uma oportunidade de estreitar cada vez mais laços. Disse que a
143 intenção era que o setor e a área desses profissionais continuassem fortalecendo e
144 consolidando essa relação para o bem da Instituição e consequentemente levando
145 transparência e informação de qualidade para a sociedade. Desejou uma boa
146 participação aos servidores no Encontro de Servidores, que estava chegando
147 em um momento bastante aguardado, principalmente naquele período pós
148 pandemia. Frisou que expectativa era muito grande e que acreditavam que seria um
149 evento de grande sucesso. Desejou boa viagem a todos que iriam sair de suas
150 localidades, se movimentando ao longo da semana, e com muita alegria lembrou a
151 novidade do ano daquele Encontro: a participação dos familiares, momento
152 inovador poder dividir um pouco do ambiente profissional com os familiares. A
153 seguir, conselheiro Otávio Cabral apresentou duas demandas dos
154 professores: a primeira era referente a um processo de 9 de fevereiro de 2022, o qual
155 solicitava a revisão do Regulamento sobre os critérios dos procedimentos de
156 avaliação de desempenho acadêmicos dos docentes, sendo a solicitação a de
157 alteração de progressão, visto que os RPs não conseguiram pontuar e trabalhavam
158 sem receber nada, pois não havia nenhuma forma de registro do trabalho
159 executado. Informou que no mês de agosto, especificamente 10 de agosto, havia
160 tido uma reunião no Campus Palmas, com a Pró-reitora de Ensino, Nayara Pajeú, que
161 pediu 30 (trinta) dias para tentar movimentar a demanda. Sugeriu a formação de
162 uma comissão para revisão de alguns regulamentos, se disponibilizou a participar da
163 comissão caso o reitor e a gestão entendessem que era necessário. Informou que o
164 processo não havia sido respondido, apesar de ser a segunda vez que apresentavam
165 a demanda ao Consup, e que os professores requeriam uma manifestação no
166 processo; quanto a segunda solicitação dos professores, o conselheiro Otávio Cabral
167 disse que entendiam toda a dificuldade na implantação do SUAP-EDU, seus
168 impactos e ajustes, no entanto, informou a abertura de uma solicitação no SEI e
169 comunicação informal à PROEN com relação a necessidade da regularização do
170 módulo para supervisores de TCC no SUAP-EDU. Justificou a solicitação através da
171 situação de alunos do ano anterior que haviam concluído o curso, mas como ainda
172 não tinham as notas dos TCCs lançadas, não conseguiram colar grau, ou seja, não
173 conseguiram em definitivo pegar os documentos comprobatórios de finalização de
174 curso. Informou que mais de 20 (vinte) estudantes se enquadravam no caso, o que
175 justificava a necessidade da regularização do módulo dentro do sistema. Informou
176 que apesar da abertura da solicitação via SEI, a última movimentação no processo
177 era de 1º de fevereiro de 2023 e que os professores requeriam também atenção
178 sobre a demanda. O presidente orientou aos conselheiros que solicitações como as
179 apresentadas pelo conselheiro Otávio fossem formalizadas e caminhadas dentro dos
180 processos via SEI à secretaria do Conselho antes da reunião, conforme prazos
181 estabelecidos no regulamento, para que já na reunião levassem resposta e
182 pudessem dar desdobramento nas demandas, favorecendo a dinâmica do
183 processo. Se comprometeu a encaminhar a situação às áreas competentes para que
184 pudessem se manifestar e responder ao colega. O conselheiro Otávio esclareceu que
185 na reunião anterior conduzida pela conselheira Nayara Pajeú, também pró-reitora de
186 ensino, a demanda um havia sido apresentada pela primeira vez ao Conselho, por
187 isso, teria imaginado que ela faria algum apontamento no processo mediante a
188 comunicação feita na reunião. O presidente reforçou que a formalização das
189 demandas no processo facilitaria o acompanhamento, explicou que, obviamente não

190 saberia justificar naquele momento a questão, pediu que o encaminhamento fosse
191 feito, facilitando o trâmite, e evitando cobranças de soluções cujos informes não
192 pudessem ser elucidados. A conselheira Cristieley Maria tomou a fala e, na
193 oportunidade parabenizou a todos os profissionais de jornalismo, como
194 representante dos egressos aproveitou também para parabenizar a egressa do
195 *Campus* da Araguatins, também jornalista da TV Girassol no Bico do Papagaio, Ionara
196 Lima pelo dia do jornalista. Relembrou que na reunião de fevereiro havia
197 apresentado alguns casos de egressos que considerava destaque e dentre eles a
198 trajetória acadêmica da Gelza Carliane Marques Teixeira, técnica agropecuária,
199 engenheira agrônoma, mestre, doutora, aluna de pós-doutorado, e docente do IFTO.
200 Parabenizou-a pela aprovação no último concurso do IFTO, disse que as aprovações
201 de Gelza reforçava a importância da qualidade do ensino do IFTO na formação
202 profissional. Compartilhou sua recém iniciada trajetória no IFTO, como professora
203 substituta no *Campus* dos Colinas do Tocantins e sua felicidade em ter sido recebida
204 de forma calorosa por outros colegas também egressos (*Campus* Araguatins),
205 Luciano Ribeiro, Cleudison Gabriel, Antônio Melquides e Ana Paula que na
206 oportunidade também faziam parte do IFTO *Campus* Colinas. Comunicou que a
207 organização da associação referente aos egressos do *Campus* Araguatins estava
208 andamento e que nos próximos dias compartilharia com comunidade o processo de
209 construção da Associação. O presidente complementou que no evento com
210 jornalistas três eram egressos do IFTO (dois de Araguatins e um do *Campus* Palmas),
211 e reforçou o orgulho da representação. O conselheiro Maukers compartilhou a
212 alegria com a organização do IX SBGEA, evento sobre a lei da oferta e da procura
213 que aconteceria em Araguatins de 19 a 23 de junho de 2023. Agradeceu ao
214 professor Antonio, reitor, por todo o apoio dado ao evento. Informou que o número
215 de inscritos havia superado as expectativas, com mais de 80 inscritos do Brasil e
216 outros países na data. Dividiu a satisfação com os pesquisadores que submeteram
217 seus trabalhos e estariam presentes no evento. Informou que estavam buscando
218 parcerias e apoio com outras instituições e toda a região. Reforçou que estavam
219 trabalhando firme, da melhor forma possível, para que o evento causasse o impacto
220 esperado, que era impulsionar pesquisa em toda região. O presidente parabenizou
221 na pessoa do conselheiro Maukers Alem todos os colegas envolvidos na organização
222 do evento. O conselheiro Elson Martins parabenizou o *Campus* Araguatins pelos seus
223 35 (trinta e cinco) anos e o *Campus* Palmas pelos seus 20 (vinte) anos. Ressaltou que
224 eram dois grandes *Campus* e desejou que continuassem fazendo história por muitos
225 e muitos anos. Apresentou os resultados do primeiro ENCOPE, destacou o sucesso
226 do evento com muitos alunos premiados, muita pesquisa divulgada, inclusive, de
227 muitos projetos de extensão que muitos nem sabiam que estavam sendo
228 desenvolvidos no *Campus*. Disse que o encontro foi um momento de mostrar o
229 potencial da Instituição. Parabenizou os alunos classificados nos jogos universitários
230 brasileiros, disse que a participação dos alunos mostrava a preocupação da
231 Instituição na formação de qualidade dos estudantes. Aproveitou para também
232 parabenizar os jornalistas. Agradeceu a presença da PROPI no *Campus* Araguatins
233 que demonstrou o quanto a pesquisa era importante para os estudantes, desejou
234 que com o aumento dos incentivos nos valores das bolsas os estudantes buscassem
235 ainda mais pesquisa e extensão. O conselheiro Leandro disse que o momento dos
236 informes também era o momento de passar alguns questionamentos que a classe
237 fazia aos conselheiros. Também parabenizou o *Campus* Araguatins pela
238 comemoração dos 35 (trinta e cinco) anos e ao *Campus* Palmas pelos 20 (vinte)
239 anos. Parabenizou também aos colegas jornalistas. Quanto a visita da PROPI ao

240 *Campus* Araguatins, Leandro destacou a importância do projeto de visita aos *Campi*,
241 disse que a aproximação com a pró-reitoria foi um momento esclarecedor.
242 Compartilhou como havia sido a organização do evento no *Campus*, com dois
243 momentos, ocorrendo pela manhã e pela tarde. Informou que no momento que
244 ocorreu pela manhã tiveram um desencontro de informações quanto ao convite do
245 evento, no qual apenas alguns setores haviam sido convidados, como gestão e
246 servidores ligados a alguns laboratórios. Questionou porque outros laboratórios não
247 haviam sido convidados, como por exemplo, o de tecnologia da informação, as
248 pessoas envolvidas nos setores de humanas. Perguntou se nos outros *campi* havia
249 acontecido da mesma forma. Disse ter conseguido participar do evento no período
250 da tarde apesar do convite ter chegado às 15 horas e o evento já ter sido iniciado.
251 Disse ter percebido que os editais se restringiam a participação dos TAEs apenas em
252 APL e que, apesar de ser um assunto muito abordado era um questionamento dos
253 técnicos administrativos. Perguntou se a abordagem era devido a algum tipo de
254 desvio de função. Questionou também a participação restrita dos técnicos
255 administrativos nos editais de bolsa UAB. Solicitou encaminhamento do Consup a
256 CAPES da inclusão da participação dos técnicos. Citou que na Portaria 102, de 10 de
257 maio de 2019, do Ministério da Educação citava um artigo que falava que a
258 participação era estritamente para docentes e que os editais do IFTO eram baseados
259 nesta portaria, por isso, solicitava que o Conselho encaminhasse o pedido de
260 inclusão dos técnicos, ou troca do termo "estritamente" para "docentes ou
261 servidores". O conselheiro Saldanha concordou com o conselheiro Otávio, informou
262 que também foi procurado várias vezes pelos professores devido a questão do
263 regulamento de progressão, pediu a atenção do presidente ao processo de revisão
264 do regulamento. Quanto à questão do SUAP-EDU, também concordou e disse que
265 existiam detalhes a serem incluídos, dentre eles que a gerência de ensino do
266 *Campus* Palmas havia emitido um e-mail aos responsáveis pelo lançamento da
267 recuperação dos docentes no SUAP-EDU, e que ao que tudo indicava não havia
268 previsibilidade sobre a questão da inclusão de recuperação dos alunos no sistema.
269 Ressaltou que estavam aguardando a dos responsáveis. Levantou o coro festivo
270 pelos 20 (vinte) anos do *Campus* Palmas. Citou que muitos colegas compareceram a
271 comemoração entre o presidente Antonio, o professor Cláudio Galvão e Flávio
272 Eliziário, diretor do saudoso *Campus* Paraíso, entre tantos outros colegas
273 professores, técnicos administrativos e alunos de vários *campi* que os alegraram com
274 suas presenças. Agradeceu a diretora Noemi pelo espaço dado aos alunos no dia da
275 festividade. Disse que o momento, além de festivo, foi também de ensino e nesse
276 sentido parabenizou toda a equipe da organização da festividade. Também
277 parabenizou os jornalistas pelo seu dia e desejou a todos um ótimo Encontro dos
278 Servidores. O presidente informou que a Pró-reitora Nayara havia o atualizado que
279 em relação às demandas do SUAP, houveram dois dias da semana anterior no Fórum
280 de Ensino nos quais ela se reuniu com todos os dirigentes das unidades e juntos
281 fizeram definições de alguns procedimentos, entre eles a questão do TCC, estágio e
282 recuperação. Disse que alguns encaminhamentos comuns entre as unidades seriam
283 adotados para adequação à nova plataforma, e que a partir desses os
284 procedimentos seriam disseminados nas unidades e entre os servidores. Em relação
285 a pontuação dos NDAs, o presidente disse que ainda não tinha feito uma leitura
286 aprofundada do processo, mas a interpretação inicial era de que problema era
287 pontual no *Campus* Palmas, que tentariam compreender melhor o cenário para uma
288 discussão, se fosse o caso, com a diretora Noemi, buscando solucionar a questão. O
289 conselheiro Flávio Eliziário parabenizou em nome do *Campus* Paraíso do Tocantins à

290 Instituição pela promoção do Encontro dos Servidores, disse que esse formato era
291 bastante importante e promovia a integração dos servidores e *campi* e oportunizava
292 a vivência de experiências informais e consequentemente um ambiente de trabalho
293 mais saudável. Destacou que o encontro se dava nos *campi* com dinâmica de
294 preparação, conversa e respeito, o que era bastante significativo. Ressaltou que era
295 um evento que deveria ser fortalecido e cada vez mais prioridade. Parabenizou, em
296 nome da Lúcia, todos os jornalistas do IFTO e demais instituições. Informou que
297 também esteve em Araguaína no evento de Inovação com o Dr. Geraldo que tinha
298 uma associação de radialistas do Estado do Tocantins bastante significativa no país e
299 que percebeu o quanto era importantes principalmente os radialistas nesse
300 contexto. Informou que no *Campus* Paraíso tiveram a semana integrada e
301 parabenizou toda a comissão local, coordenadores de cursos. Disse que o evento
302 envolveu todos os cursos superiores de forma integral e os estudantes que puderam
303 vivenciar experiências além do conhecimento trabalhado dentro de cada
304 curso. Disse que o evento envolveu bastante a comunidade e vários parceiros da
305 região. Parabenizou também os *campus* Palmas e Araguatins, *campi* referências e
306 consolidados, pela comemoração dos 20 (vinte) e 35 (trinta e cinco) anos. Disse que
307 a demanda levada a professora Dorinha permitiria o reenquadramento do *Campus*
308 Palmas e dinamizaria as demais unidades no IFTO. A seguir o conselheiro Gerson
309 Alves de Oliveira tomou a palavra e compartilhou sua felicidade com a boa notícia.
310 Disse que todos de Araguaína ficaram muito felizes, que o *Campus* Araguaína era o
311 único que poderia triplicar de tamanho, fortalecendo o IFTO em todos os sentidos:
312 pesquisa, ensino e extensão. Reforçou a importância do fortalecimento
313 desse movimento para o IFTO. Disse que a estrutura do *Campus* era muito antiga e
314 precária, e por isso, precisavam urgentemente fazer essa discussão, sensibilizar a
315 bancada de políticos, entre senadores e deputados para fazerem com que o *Campus*
316 de Araguaína de fato contribuísse de forma significativa com o IFTO no sentido de
317 expansão. Disse que esperava que o *Campus* fosse agraciado com o movimento de
318 engrandecimento do IFTO. O presidente aproveitou a oportunidade e informou que
319 já estavam trabalhando com a equipe da Diretoria de infraestrutura na elaboração
320 do projeto para a construção de um novo bloco de salas e Laboratórios no *Campus*
321 Araguaína, e que essa estrutura provavelmente seria entregue nos próximos anos,
322 conseguido entregar essa estrutura em Araguaína e que sem dúvida nenhuma
323 somado a liberação de código de vaga o *Campus* Araguaína poderia atender um
324 número maior de estudantes. Disse que era notório de que o *Campus* de Araguaína,
325 em termos de relação professores, era a unidade com o melhor desempenho do
326 IFTO. A conselheira Paula Karini se juntou aos colegas ao homenagear justa e
327 honrosamente os *campi* Araguatins e Palmas e aos jornalistas. Se dirigiu aos *campi*
328 que receberam o Projeto PROPI no *Campus*, um momento de muito diálogo, de
329 muitas reflexões e encaminhamentos úteis para a gestão da política da pesquisa,
330 pós-graduação e inovação. Informou que colocou no chat, para conhecimento de
331 todos e de todas, o processo que originou as visitas assim como a organização e o
332 planejamento do projeto. Disse que a preocupação apresentada era também da
333 PROPI no sentido de possibilitar a maior participação possível dos servidores, e que
334 estavam procurando fazer isso em todas as oportunidades, que deveriam ter editais
335 o mais inclusivos quanto possível. Disse que estavam trabalhando sempre nessa
336 perspectiva, pois era uma bandeira da PROPI, quanto mais pessoas
337 participando, melhor seria. Quanto à questão dos segmentos, disse que procuravam
338 esclarecer para a comunidade que precisavam fazer com segurança jurídica. Explicou
339 que os dois editais nos quais tinham segurança jurídica para terem TAE's

340 participando era o edital PAP-APL, que já estava com inscrições abertas até o dia 5
341 de maio, aproveitou para convidar todos os colegas a conhecerem esse edital e
342 submeterem suas propostas, e que o PAP Inova, um edital que teria um maior
343 volume de recurso, seria lançado no dia seguinte. Informou que teria uma live de
344 lançamento, assim como fizeram com os três editais de iniciação científica. Reforçou
345 que seguiam se empenhando para conseguir editais que incluíssem o máximo (de
346 pessoas) possível e para melhorar sempre mais e mais o volume de recursos
347 orçamentários para custeio e capital. Citou a notícia recente da atualização dos
348 valores das bolsas para os estudantes em iniciação científica, o que era muito bom e
349 lembrou o anunciou do presidente do Conselho de que no dia seguinte teriam o
350 anúncio da recomposição orçamentária, o que os colocaria em um ritmo positivo em
351 relação a um futuro, o que seria melhor para a gestão das condições da gestão da
352 política de pesquisa e inovação. Reforçou que se unia a todos a sempre procurar
353 oportunizar o máximo, e que o que ainda não fosse oportunizado era devido as
354 restrições da segurança jurídica, ou seja, às limitações da lei, pois a administração
355 não podia fazer nada além do que estava previsto legalmente. Em relação as
356 agendas, informou que tinham várias missões no processo referentes às visitas.
357 Sendo que, a primeira dizia a respeito a trabalhar na questão dos indicadores, pois
358 tinham o desafio de elevar os indicadores para que pudessem ter um nível de
359 eficiência acadêmica suficiente para ter uma melhoria no orçamento da pesquisa, da
360 extensão e da Inovação. Nesse sentido, estavam trabalhando a sensibilização com os
361 setores específicos, a gestão que era, na ausência da PROPI, quem faria o processo
362 de multiplicação nas unidades e de sensibilização. Explicou que, na visita não
363 conseguiriam atingir toda a comunidade, então era preciso capacitar os gestores,
364 para eles continuarem com o processo de disseminação da importância de se
365 trabalhar os indicadores, os meios e formas de trabalho. Citou que outro momento
366 específico foi com o pessoal dos laboratórios haja vista que estavam em processo de
367 implantação do Portal Integra, que seria um portal Nacional da Rede Federal fruto
368 do edital no qual o IFTO participou da SETEC, em que teriam todo o apoio para
369 implantar o sistema que ajudaria a gerenciar a propriedade intelectual, os produtos,
370 serviços tecnológicos e todas as informações relativas aos indicadores da Inovação e
371 empreendedorismo. Justificou a necessidade de momentos específicos com esses
372 públicos para que fosse feito todo o processo de informação e capacitação, por ser
373 algo muito novo. E em outro turno, em momento mais amplo com a comunidade,
374 no qual trabalharia as ações com diálogo mais informativo e com coleta de
375 sugestões, compreendendo as expectativas, vislumbres e anseios da comunidade,
376 reconhecendo a realidade de cada *Campus*. Enfim, reforçou que este foi o desenho,
377 no entanto, lembrou que cada *Campus* ficou livre para definir e ajustar os
378 horários, locais e o processo de comunicação de acordo com a sua realidade, ou
379 seja, foi uma tarefa deixada a cargo do *campus*, respeitando e reconhecendo as
380 diversas necessidades. Reforçou que estava à disposição para outros
381 esclarecimentos e disse que o retorno do conselheiro Leandro os ajudaria a repensar
382 numa segunda rodada, iniciando o processo de comunicação e de informação das
383 visitas ainda antes, mas lembrou que houve planejamento. Destacou que
384 contavam sempre com as contribuições de todos e todas e que o processo (estava)
385 muito bom em termos de crescimento, amadurecimento e de fortalecimento do
386 trabalho enquanto equipe do próprio alinhamento. O presidente aproveitou a
387 oportunidade para esclarecer aos colegas que questionaram a participação dos
388 outros setores no projeto (de) Visita aos *campi*, que no final de janeiro (e/ou/ao)
389 início de fevereiro foi feito o planejamento com toda equipe gestora na Reitoria para

390 que todos fizessem o processo de visitação às unidades. Explicou que a PROPI foi o
391 primeiro setor a visitar as unidades, mas que a expectativa era que todos fizessem
392 trabalho similar não ao mesmo tempo justamente para possibilitar aos servidores e
393 estudantes a participação em todas as atividades de todos os setores. Defendeu
394 que, com as visitas por setor conseguiriam prestar melhor atendimento e facilitaria a
395 presença dos servidores em todos os momentos, com a separação poderiam ir aos
396 *Campi* com o tempo devido e se reunirem com diferentes segmentos e
397 comunidades, fazendo a apresentação. Disse que provavelmente a PROEX tão logo
398 superada a etapa da AGROTINS também faria a visitação aos *campi*. Explicou que a
399 PROEN estava com a atenção voltada para o desafio de migração de sistema naquele
400 momento, mas que na sequência, informações relativas ao ensino estariam
401 circulando. Informou que a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, estava em fase de
402 implantação e teste do módulo SUAP de seleção de assistência estudantil, em que
403 três unidades estavam participando do processo, o que também estava tomando a
404 atenção da pró-reitora Márcia e sua equipe. Vencido esse período, informou que
405 também estaria nas unidades a pró-reitora de administração, Juliana Queiroz e sua
406 equipe da PRAD, que já estava atuando diretamente com os colegas, fazendo
407 orientações e algumas informações em conjunto, e que também visitaria a
408 comunidade apresentando as ações e os desafios enfrentados na área
409 administrativa. Disse que a partir do próximo mês vencida a pauta do que incluía o
410 relatório de gestão, uma vez aprovado pelo Conselho ele também visitaria as
411 unidades para apresentação do relatório de gestão do ano 2022, que apresentaria a
412 discussão dos indicadores, o levantamento das perspectivas institucionais, dos
413 desafios e as estratégias para tentar superar cada uma dessas dificuldades. Destacou
414 que esse era o modelo planejado para o ano de 2023, que levaria maior constância
415 de presença dos colegas da Reitoria nas unidades, tornando o sentimento de
416 pertencimento mais vivo nas unidades e também possibilitando uma presença ativa
417 dos colegas em todas as instituições. A pró-reitora Márcia Adriana, informou que as
418 inscrições para o vestibular 2023/2 já estavam abertas e pediu o apoio de todas as
419 unidades, servidores, conselheiros, representantes e estudantes na divulgação do
420 processo para que alcançasse o maior número de inscrições possível. Informou que
421 retomariam a adesão ao SESU para 2023/2 com 10% (dez por cento) das vagas
422 ofertadas. Destacou que a comissão central e as locais já estavam trabalhando na
423 divulgação do processo das inscrições. Disse que era o momento de todos
424 contribuírem com a divulgação e engajamento do vestibular. O conselheiro Leandro
425 aproveitou a fala da pró-reitora sobre o vestibular e disse que havia muitos
426 questionamentos dos colegas servidores em relação à demora no recebimento da
427 gratificação dos colaboradores que atuavam no momento da aplicação da prova.
428 Disse que precisavam desburocratizar o pagamento para que este processo
429 acontecesse mais rápido. Quanto à comunicação, salientou a dificuldade de acesso à
430 informação, principalmente dos estudantes da região do Bico do Papagaio,
431 o *Campus Araguatins*, que ficava no interior, sugeriu repensarem numa forma de
432 ajudar a informação chegar até as pessoas. Citou o programa do professor Miguel,
433 IFTO em Foco, que auxiliava bastante com a divulgação das informações, mas que
434 ainda não era suficiente para sanar o problema. Reforçou ser preciso repensar como
435 a informação chegava aos estudantes. Reformulou a questão levantada sobre os
436 editais UAB, propondo que o Consup encaminhasse à CAPES uma proposta de
437 alteração do regulamento que orientava sobre as concessões de bolsas. Apresentou
438 outro questionamento dos servidores técnicos administrativos sobre o regulamento
439 didático pedagógico dos cursos de pós-graduação de 2015, que em seu Artigo 86

440 ao tratar do corpo docente, no Parágrafo Único citava a participação de servidores
441 técnicos administrativos, desde que comprovada experiência na docência de pelo
442 menos dois semestres no ensino superior. Apresentou a proposta dos técnicos de
443 alteração no parágrafo único. A respeito disso, o presidente esclareceu sobre a GECC
444 que desde outubro o governo exigia o cadastramento das pessoas que receberiam
445 GECC a cada que fossem receber no E-social, mais um cadastro a ser feito pela
446 gestão de pessoas. O que gerava uma demora adicional no processo. Reforçou a
447 importância dos colegas observarem que cada comissão local recebia em um
448 momento distinto, em função do ritmo que era dado dentro do *campus* e o envio à
449 DGP para processar o pagamento. Em relação a solicitação de alteração de
450 regulamento o presidente reiterou a orientação feita aos colegas, da apresentação
451 de solicitações de modo formalizado e embasado via processo, para que pudessem
452 ser encaminhadas às instâncias competentes, e que, a partir do parecer dessas,
453 fossem inseridas como pontos de pauta para discussão no pleno. Quanto à sugestão
454 de alteração da CAPES reforçou que este tipo de solicitação de alteração de abertura
455 de espaço aos servidores técnicos administrativos estava sendo apresentado em
456 âmbito nacional através do CONIF em todas as discussões com a Capes. Na
457 sequência, procedeu-se à deliberação do ponto dois, a saber: deliberação acerca da
458 aprovação da Ata nº 8/2022/CONSUP/IFTO, referente à quarta reunião ordinária de
459 2022 (1821105) e da Ata nº 2/2022/CONSUP/IFTO, referente à segunda reunião
460 extraordinária de 2023 (1905218). Após apresentação, o item foi submetido à
461 votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se
462 a deliberação do ponto três, a saber: deliberação acerca aprovação do Regulamento
463 dos Restaurantes Acadêmicos e Lanchonetes no âmbito do Instituto Federal do
464 Tocantins, conforme Processo nº 23235.010677/2020-50. A Diretora de Assistência
465 Estudantil, Jahny Kassia Duarte Rocha, apresentou o formato da propositura, escrita
466 e elaboração do documento, assim como objetivo e a justificativa do documento.
467 informou que a comissão era formada por ela, Yonara e Ana Maria, que eram
468 nutricionistas da instituição e trabalhavam, não apenas dentro dos refeitórios, mas
469 fiscalizando os procedimentos das unidades do IFTO em relação a refeitórios,
470 cantinas e lanchonetes através de visitas. Disse que, ao longo do
471 desenvolvimento do trabalho delas, perceberam a necessidade de normatizar
472 algumas questões dos refeitórios e restaurantes, principalmente no que dizia
473 respeito ao uso e acesso, ao cardápio das cantinas devido a necessidade de oferta
474 de alimentos naturais mais saudáveis, um documento que nortearse de forma mais
475 direcionada a utilização dos recursos por eles estarem na política de assistência
476 estudantil, o PNAE com regulamentação própria de forma resumida e bem
477 direcionada para os restaurantes acadêmicos e lanchonetes do Instituto
478 Federal. Explicou que a comissão se reuniu para a elaboração da documentação,
479 apresentou aos diretores e a comunidade para colaborações, submeteram à
480 apreciação jurídica da Procuradoria, e naquele momento estavam submetendo à
481 apreciação do Conselho. Disse que o documento tinha como objetivo a
482 regulamentação de uso e acessos dos acadêmicos aos restaurantes e lanchonetes do
483 IFTO, assim como estabelecer o cardápio de oferta de alimentos saudáveis e a
484 padronização de serviços prestados à comunidade acadêmica. Disse que o
485 documento apresentava o tema do acesso à alimentação minimamente saudável -
486 Cardápio Mínimo (salada de frutas, sanduíches naturais e etc), pesquisa de
487 satisfação, forma de pontuação, e os encaminhamentos que deveriam ser realizados
488 a partir da pesquisa de satisfação. Apresentou a justificativa do documento: as
489 cantinas e os refeitórios eram espaços importantes de promoção da permanência e

490 êxito estudantil, de uma alimentação saudável e balanceada e de convivência da
491 comunidade acadêmica, além do fortalecimento da política institucional em
492 alimentação, bem como a boa convivência nestes locais. Destacou que o objetivo do
493 documento era padronizar sem limitar, pois normativos internos e protocolos
494 poderiam ser criados, tendo em vista realidades locais. Por fim, o documento era um
495 suporte para a gestão, uma ferramenta norteadora e de apoio. Quanto à finalidade e
496 nomenclatura do documento especificamente ao termo “restaurante acadêmico”, a
497 conselheira Paula Karini, disse que em pesquisa observou que o conceito de
498 acadêmico se restringia muito a “universitário, universidade, graduação”, questionou
499 se o termo “restaurante acadêmico” expressava melhor à comunidade que também
500 haviam estudantes de nível técnico e médio, sugeriu talvez pensarem no termo
501 “restaurante estudantil”. Compartilhou sua dúvida quanto à preocupação só da
502 garantia do cardápio mínimo e oferta de alimentos saudáveis, perguntou se
503 consideraram a pensar também no processo de regulamentação, um esforço no
504 instituto, de ser uma alimentação também de baixo custo garantindo também a
505 qualidade. Perguntou se isso foi refletido no processo de construção. Disse que no
506 documento havia um cuidado com as excepcionalidades, mas não havia ficado muito
507 claro em relação aos celíacos e intolerantes à lactose. Perguntou como e se isso era
508 objeto de alcance do regulamento ou se estaria incluso em outras regulamentações
509 complementares, como colocado pela diretora Jahny em sua apresentação. O
510 conselheiro Elson questionou como funcionaria, na prática, a definição dos
511 alimentos saudáveis mencionados no artigo 4, quanto ao Capítulo 7, que tratava das
512 equipes técnicas e comissões de fiscalização, artigo 16, que mencionava o número
513 de membros na composição, que eram três. Sugeriu a inclusão da categoria dos
514 estudantes na composição da equipe técnica. No item 4, artigo 18, sugeriu a
515 abertura de precedente para que os estudantes pudessem comercializar seus
516 produtos na Instituição. Quanto aos estudantes vegetarianos, que tratava o Capítulo
517 10, pediu também a abertura de precedente levando em consideração a questão
518 religiosa dos alunos com restrição de horário à alimentação. Sugeriu a abertura de
519 espaço para os estudantes com necessidades especiais que precisassem de
520 acompanhamento. Quanto à regularização de preços das lanchonetes, perguntou se
521 o documento trazia algo que impedisse que com o monopólio dentro da Instituição,
522 com as empresas atuando sem concorrência, fazendo com que as lanchonetes
523 trabalhassem com preços muito altos. A conselheira Cristieley Maria de Sousa
524 questionou se no Capítulo 1, em que mencionava que o restaurante poderia ou não
525 ofertar a venda de lanche, não poderia gerar algum conflito entre restaurante e
526 lanchonete já que abria precedente para o restaurante poder ou não ofertar
527 a comercialização de lanches. Observou que o parecer jurídico da Procuradoria
528 Federal junto ao IFTO era claro quanto a diferença entre regimento e regulamento, a
529 partir disso, considerando que o nome do documento na minuta era Regulamento,
530 questionou a nomenclatura não alterada, para regimento, nas exposições finais no
531 artigo 27 e no artigo final, suposto 28. Jahny agradeceu a todos e destacou a
532 importância das contribuições de todos os conselheiros. Quanto à nomenclatura
533 questionada pela conselheira Paula Karini, concordou que a sugestão da conselheira
534 era mais interessante e abrangia mais o objetivo. Se prontificou a levar a sugestão
535 para as demais participantes da Comissão. Quanto ao custo, disse que inicialmente
536 haviam colocado como um dos objetivos, mas levantou a reflexão do que de fato
537 seria baixo custo em relação ao preço da alimentação. Disse que não conseguiam
538 estipular, por exemplo, um valor tendo em vista a estrutura de como se dava o
539 processo de licitação na Instituição. Explicou que era complicado trabalhar com o

540 termo baixo custo, porque às vezes conseguiam custo menor do que o mercado.
541 Reforçou que era complexo trabalhar com essa definição, no entanto, destacou a
542 importância de observância do refeitório na hora de destinar os recursos. Em
543 relação aos celíacos e intolerantes explicou que entenderam também entraria em
544 outros tipos de normativas futuras, para o momento tratariam somente os
545 vegetarianos até mesmo pelas estruturas de pessoal nas unidades do Instituto
546 Federal Tocantins, quanto a quantidade de nutricionistas. Em relação ao restaurante,
547 disse que ao mencioná-lo abrangiam o refeitório, parte externa, e a unidade de
548 alimentação e nutrição, termo técnico para a cozinha, ou seja, era apenas uma
549 questão de nomenclatura. Quanto à fiscalização estudantil, disse que não sabia se
550 era possível a representação de estudantes na comissão tendo em vista as
551 regulamentações que norteiam as licitações no Brasil. No entanto, se comprometeu
552 a consultar a possibilidade. Destacou que achava interessante abrir sempre os
553 mecanismos para que os estudante fizessem as suas queixas, e a pesquisa de
554 satisfação era o mecanismo mais interessante para toda a comunidade dar sua
555 opinião, por isso, inseriram a pesquisa de satisfação no documento, que, tendo
556 prazo e aplicação de metodologia funcionasse também como mecanismo de
557 fiscalização do serviço. Em relação a inclusão lembrou que havia a política de
558 inclusão institucional, que abrangia toda a normativa institucional quanto a
559 inclusão dentro dos refeitórios, inclusive, estrutura física e acessibilidade dentro da
560 instituição. Quanto aos preços, disse que dependia muito do processo licitatório.
561 Informou que havia uma metodologia que deveria ser seguida dentro do processo
562 licitatório, ou seja, ficavam limitados pelas normativas em relação ao preço final pois
563 a Instituição respeitava todo o processo, dessa forma, controlavam o preço até o
564 quanto a legislação permitia. Informou que havia sempre um processo de
565 fiscalização nas lanchonetes e nos refeitórios institucionais estudantis para que
566 respeitassem sempre o preço licitado. Quanto a nomenclatura entre regimento e
567 regulamento, disse que faria a alteração assim como o artigo 27 seria alterado para
568 artigo 28 como observado pela conselheira Cristieley. O conselheiro Leandro disse
569 que o documento era essencial para o funcionamento dos restaurantes e refeitórios.
570 Concordou com as colocações pertinentes dos conselheiros. Perguntou o que havia
571 sido decidido quanto à questão dos intolerantes à lactose. Compartilhou o interesse
572 pessoal no assunto, visto que sua filha era intolerante, e por isso, sua preocupação
573 com a inclusão desses. Jahny disse que o regulamento abrangia apenas os
574 vegetarianos, mas que tiveram o cuidado de pensar em opções que os celíacos e
575 intolerantes a lactose conseguissem consumir no cardápio mínimo, como por
576 exemplo a tapioca, que não continha glúten e o cuscuz, dentre outras. Reforçou que
577 pensaram em opções que, pelo menos, as principais intolerâncias fossem
578 abrangidas, no entanto, algumas mais específicas a normativa realmente não
579 abrangia, até mesmo pelo quadro de pessoal reduzido de nutricionistas e de outros
580 profissionais nas unidades do Instituto. O presidente complementou a apresentação
581 da nutricionista Jahny informando que eventualmente essas limitações do
582 documento estavam ligadas à preocupação com a redução do custo final da
583 licitação. Uma série de restrições e exigências para a prestação de um serviço que
584 provavelmente impactaria no maior custo de contratação do serviço como um todo.
585 Ao ofertar um alimento específico para um grupo de uma intolerância muito
586 específica provavelmente esse alimento teria um custo maior, mas não passariam
587 esse custo só naquele alimento senão o que o tornaria impraticável dado o volume
588 de pessoas que o consumiria, neste caso o repasse deste custo se daria em todo o
589 cardápio, que elevaria o valor da contratação. Por isso, reforçou que fizeram uma

590 regulamentação mais sucinta, para acompanhar e compreender os casos específicos,
591 entender o cenário, qual era o grupo de estudantes com necessidades específicas,
592 que necessidades eram essas, e como poderiam abordar caso a caso. Até porque a
593 discussão do cardápio mínimo não impedia outros serviços em unidades pontuais
594 dados à necessidades pontuais de estudantes serem adicionados ao cardápio. O que
595 o regulamento não trazia era a obrigatoriedade de todos prestarem um serviço em
596 locais que eventualmente não era demandado. O que contemplaria também os
597 estudantes por necessidade relacionadas à questão da fé, religião e ou outra
598 específica. Situações que deveriam ser tratadas caso a caso. Outro aspecto abordado
599 pelo conselheiro Elson e que o presidente achou importante destacar também foi a
600 respeito da questão da informalidade que às vezes acontecia dentro das unidades,
601 destacou ter usado a expressão “às vezes”, pois poderia ter acontecido, mas que ele
602 não tivesse conhecimento, até porque não poderia permitir algumas práticas na
603 instituição. Disse que para que houvesse comercialização dentro da instituição, a
604 empresa concorria a uma licitação, estabelecido preço pelo qual ele locava o espaço
605 físico para prestação daquele serviço, pagava-se aluguel, despesas, por isso não
606 podiam possibilitar a qualquer pessoa, estudante, servidor ou externo, a utilização
607 do espaço público para ferimento de vantagens individuais sem que houvesse
608 trâmite licitatório e ou edital público, até porque a partir da permissão da
609 comercialização a Instituição era responsável pelo resultado do serviço. Explicou que
610 era necessária a aferição da utilização do espaço, ou seja, contrapartida pela
611 utilização, sendo assim não era possível ter venda ou comercialização informal
612 dentro da instituição, por falta de amparo legal. Disse que desconhecia qualquer
613 prática não amparada pela legislação dentro da Instituição e enquanto gestor
614 orientou aos demais colegas gestores o acompanhamento que impedisse esse tipo
615 de situação. O conselheiro Elson perguntou se a comercialização de brigadeiros e
616 doces não era permitido. O presidente disse não ser possível formalmente, pois esse
617 tipo de prática seria configurada informal, o que a impedia de constar no
618 regulamento, portanto não tinha amparo legal. Dadas as sugestões de alteração e as
619 explicações, o presidente informou que havia ficado pacificado a alteração dos
620 números dos artigos e a nomenclatura de regimento para regulamento nos artigos,
621 de 27 para 28. Para as demais sugestões, foram esclarecidas as motivações. Após
622 apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
623 unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto quatro, a saber:
624 deliberação acerca da aprovação do Regulamento Disciplinar Discente do Instituto
625 Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo
626 nº 23235.014786/2022-16. A pró-reitora de Assuntos Estudantis, Márcia Adriana
627 disse que o documento foi construído com o apoio dos estudantes, o que o tornava
628 ainda mais especial. Disse que o documento já havia passado pelas instâncias
629 necessárias antes da submissão ao Conselho, que ao longo do processo de
630 construção o documento havia sido apreciado também pela comunidade, e já teria
631 parecer jurídico da Procuradoria Federal junto ao IFTO. Informou que a comissão era
632 composta por representantes dos servidores de cada unidade e representante dos
633 estudantes dos cursos superiores e técnico. Disse que o intuito era que o documento
634 fosse uma base para que os estudantes se sentissem seguros quanto as
635 documentações que os representavam. Agradeceu a comissão e ao trabalho de
636 todos na pessoa do estudante Luís e da colega Marilene. Convidou Jahny e
637 o presidente da comissão do Regulamento, Valdeir Mezencio de Avelar para fazer a
638 apresentação do documento. Jahny reforçou a participação estudantil na construção
639 do documento, e informou que o documento serviria para auxiliar os estudantes e

640 colegas servidores em como agir em situações de infrações. Compartilhou a
641 expectativa de que, a partir desse documento, fosse mais fácil entender os trâmites
642 até mesmo pela defesa do estudante. Agradeceu a todos os membros da Comissão,
643 inclusive Adriana e Jahny, que juntos colaboraram para o êxito do trabalho. Disse
644 que a inclusão de professores e técnicos de todas as unidades na Comissão, se deu
645 porque cada localidade tinha a sua realidade e situações pontuais, e essa era a
646 principal preocupação. Destacou a colaboração e participação ativa na Comissão do
647 discente de Gurupi, Luiz Carlos. Destacou também a participação de representantes
648 da PROEN e CREAD. Disse que as reuniões foram semanais e sistemáticas para que
649 pudessem desenvolver o melhor trabalho a ser submetido ao Consup. Informou que
650 a finalização do trabalho foi comunicada em *live* para que todos pudessem ter
651 conhecimento, além disso que o documento havia sido disponibilizado aos *campi*
652 para que todos pudessem voltar seus olhares para o regulamento, colaborando com
653 a elaboração, assim como CODIR e Procuradoria para que se manifestassem, até a
654 chegada ao Consup. Informou que o Regulamento tinha oito capítulos e trinta e
655 dois artigos bem sintetizados e práticos, de forma a facilitar aos discentes para que
656 eles pudessem observar seus direitos e também saber fazer suas defesa naquilo que
657 achassem necessário. O conselheiro Elson Martins considerando os alunos com
658 necessidades especiais sugeriu a alteração do Capítulo 3, Item 34 para “atendimento
659 educacional especializado que permita aos estudantes o acesso aos níveis mais
660 elevado do ensino, da pesquisa, e da criação artística segundo a capacidade de cada
661 um”. Justificou que desta forma era mais fácil para trabalharem nos *campi*, e quanto
662 mais especificado fosse onde os alunos deveriam recorrer, melhor seria. Valdeir
663 informou que a sugestão seria acatada. O presidente agradeceu a Jahny e ao Valdeir
664 pela apresentação. O item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
665 unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto cinco, a saber:
666 deliberação acerca da aprovação do Relatório de Gestão do Instituto Federal do
667 Tocantins – exercício 2022, conforme Processo nº 23235.001851/2023-16. A pró-
668 reitora de Administração, Juliana Queiroz, disse que apresentação era apenas um fio
669 condutor da discussão e que a Pró-reitoria de Administração, por meio da Diretoria
670 de Administração e Planejamento era a instância responsável por
671 consolidar, sistematizar e colher as informações das áreas técnicas responsáveis e
672 encaminhar o documento para publicação no sítio do IFTO e também ao Conselho
673 Superior para apreciação e aprovação. Informou que o documento era, basicamente,
674 dividido em cinco partes, Visão Geral Organizacional, Ambiente Externo,
675 Governança, Riscos, Resultados e um demonstrativo de áreas estratégicas de alguns
676 indicadores. A primeira parte, Visão Geral, Juliana informou se tratar de uma
677 apresentação da instituição, dizendo quem somos, visão, missão, unidades,
678 estrutura organizacional, ou seja, um apanhado de uma apresentação do IFTO.
679 Apresentou um recorte inicial com a missão e visão, conceitos que sempre deveriam
680 ser difundidos de acordo com Juliana. Destacou que a missão era o propósito da
681 existência do IFTO enquanto instituição, que era proporcionar o desenvolvimento
682 regional por meio do ensino, pesquisa e extensão prezando pela eficiência na
683 formação acadêmica e na difusão do conhecimento e a visão era a perspectiva de
684 futuro, aonde queriam chegar enquanto instituição de ensino, ser referência no
685 ensino, pesquisa e extensão com ênfase na inovação tecnológica de produtos e
686 serviços proporcionando o desenvolvimento regional sustentável. Citou que o
687 documento apresentava 10 (dez) valores que norteavam o funcionamento. Quanto
688 às instâncias internas de governança, Juliana disse que em breve o Conselho
689 apreciaria pauta com a política de governança, gestão de riscos, integridade,

690 controle interno e que observariam que as instâncias internas de governança até por
691 conta da concepção de como os institutos foram concebidos (a própria lei de criação
692 dos institutos já dispunha sobre a existência do Conselho Superior e do Colégio de
693 Dirigentes, cujas atribuições naturais eram tratar assuntos correlatos à
694 governança). Citou que uma das alterações do documento tratava do aumento
695 considerável do rol de instâncias internas de apoio, além da Comissão de Ética,
696 Ouvidoria, Corregedoria e Procuradoria o escopo da governança agregaria todos os
697 comitês e comissões permanentes. A proposta era que o tema permeasse em mais
698 áreas da instituição, para que o assunto fosse tratado de uma forma equânime.
699 Informou que o documento também apresentava as instâncias externas de apoio a
700 saber, o Ministério Público, o Tribunal de Contas do legislativo e Judiciário. Quanto
701 ao Capítulo II, que tratava da Governança, Estratégia e Alocação de Recursos, Juliana
702 informou que o capítulo apresentava o mapa estratégico do IFTO, definia as
703 diretrizes estratégicas como resultados almejados, nos quais os resultados
704 precisavam dialogar com os objetivos estratégicos definidos no Plano de
705 Desenvolvimento Institucional — PDI, processos internos relacionados, necessidade
706 em termos de pessoas e de infraestrutura para que isso se tornasse realidade. Além
707 do mapa estratégico, informou que também teriam acesso ao rol de iniciativas (na
708 prática quais iniciativas poderiam ser empreendidas da instituição para o alcance
709 desses resultados?). Citou várias iniciativas e disse que acreditava que os sistemas
710 institucionais, estariam todos direta ou indiretamente contempladas no quadro de
711 iniciativas. Além do mapa estratégico e do quadro de iniciativas apresentou o
712 recorte acerca dos indicadores, definidos pelos órgãos de controle como Tribunal de
713 Contas da União — TCU e Controladoria Geral da União — CGU, que monitoram e
714 fazem um levantamento obrigatório, a saber o último da instituição foi feito em
715 2021 pelo TCU. Explicou que o levantamento era bastante minucioso
716 e autodeclaratório, mas era algo que a instituição precisava apresentar as
717 evidências que comprovassem que de fato estava tratando a governança para que o
718 índice fosse aferido. Informou que a primeira aferição ocorreu em 2018 e observou
719 que na aferição de 2020 já houve melhoria em alguns índices, especialmente na área
720 de gestão de pessoas e TI. Disse que a proposta, em 2023, era que a instituição
721 realizasse o levantamento voluntário com base no questionário disponibilizado pelo
722 TCU. Disse que, o próprio ciclo obrigatório de levantamento seria apenas dali a
723 quatro anos, em 2025, estavam na metade do percurso para a realização do próximo
724 ciclo e que provavelmente ouviriam falar bastante ainda em IGG — Índice Integrado
725 de Governança, o principal indicador de monitoramento da governança e gestão
726 pública. Disse que em 2023 os setores seriam convidados a participar desse
727 levantamento para análise do percentual de governança e gestão pública. Quanto ao
728 terceiro capítulo do Relatório de Gestão, que trata de Riscos, Oportunidades e
729 Perspectivas, Juliana apresentou os riscos institucionais definidos com base também
730 nos objetivos estratégicos. Informou que os riscos eram classificados de acordo com
731 sua natureza, por vezes era um risco operacional ou um risco financeiro, eram
732 também mensurados e essa mensuração, no âmbito do IFTO, levava em conta dois
733 fatores: a probabilidade do risco ocorrer; e impacto - alto ou baixo, quanto maior a
734 probabilidade e impacto, a mensuração/classificação ficava mais alta. Disse que era
735 importante a compreensão em relação à gestão de riscos, da necessidade de
736 avanços, apesar de o IFTO, na rede, ser uma instituição que já tinha feito um
737 levantamento, já possuía uma metodologia de levantamento que como os próprios
738 riscos precisavam periodicamente serem avaliados, e esse era o papel da
739 comissão comissão permanente de gestão de riscos. Quanto à parte do documento

740 que tratava dos Resultados e Desempenhos da Gestão, Juliana fez alguns
741 apontamentos como: os resultados diziam respeito à indicadores definidos no PDI,
742 alguns desses indicadores possuíam caráter obrigatório e eram definidos pelo TCU,
743 que obrigava a instituição monitorar esses indicadores, e parte desses indicadores
744 eram definidos pela própria administração no momento de concepção do PDI, o que
745 acompanhar e quais as metas teriam para os próximos cinco anos, que era o período
746 de vigência. Outra observação feita por Juliana foi de que a rede adotava como uma
747 forma de apoio ao relatório de gestão as informações da Plataforma Nilo Peçanha —
748 PNP, contudo o prazo para publicação das informações divulgadas da PNP era 31 de
749 Março, que coincidia com a data limite que o TCU concedia à instituição para o
750 Relatório de Gestão, por isso, na versão recebida pelos conselheiros alguns
751 indicadores constava a informação de que em 2022 não havia sido aferido, enquanto
752 na verdade, isso não havia sido feito pela PNP (não foi disponibilizado) e com
753 obrigatoriedade de publicação fizeram a mesma para atender o órgão de controle,
754 mas à medida que essas informações fossem disponibilizadas pela PNP, a atualização
755 do documento seria feita. Juliana lembrou que, em virtude da pandemia, nos três
756 exercícios anteriores o prazo para publicação do Relatório de Gestão havia sido
757 dilatado até maio e, para o exercício 2022, que seria publicado, informou que o TCU
758 já havia publicado acordão reiterando que não haveria prorrogação do prazo de 31
759 de Março. Apresentou alguns indicadores, como o que dizia desrespeito a indução
760 de desenvolvimento regional sustentável relacionado ao objetivo estratégico, o
761 percentual de egressos ativos no mundo de trabalho, aferido por meio da pesquisa
762 anual de egressos viabilizada por meio da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, citou
763 que no ano anterior tiveram 893 (oitocentos e noventa e três) correspondentes da
764 pesquisa e que a meta para 2022 era que 62% (sessenta e dois por cento) desses
765 correspondentes estivessem ingressados no mercado de trabalho. Disse que a
766 aferição por meio da pesquisa chegou no percentual de 65,8 (sessenta e cinco
767 vírgula oito) e analisando esse dado 28% (vinte e oito por cento) dos
768 correspondentes estavam trabalhando na área do curso feito no IFTO, lembrando
769 que poderia ser egresso de nível técnico, superior, 40% (quarenta por cento)
770 afirmaram estar trabalhando em área diversa da cursada e 34,3% (trinta e quatro
771 vírgula três por cento) indicavam que não estavam inseridos no mundo do trabalho.
772 Destacou que indicador era interessante para os estudantes analisarem e
773 acompanharem. Disse que a pesquisa seria realizada novamente em 2023 e, que era
774 muito importante analisar qual impacto da formação dos estudantes no seu futuro.
775 Outro indicador apresentado por Juliana tinha relação com o número de cursos FIC
776 executados em todas as unidades do IFTO, informou que a meta para 2022 eram de
777 13 (treze) cursos, e realizaram 14 (quatorze) cursos, por esforço próprio. Apresentou
778 um gráfico com uma série histórica desde 2019 até 2022, que constava um o
779 número considerável de cursos FIC atribuído às parcerias feitas com o Ministério do
780 Turismo e SETEC. Quanto ao indicador do total de alunos matriculados em curso à
781 distância, observou em 2022 mais de 9 mil matrículas de alunos em cursos EAD,
782 graças ao desempenho do CREAD, as matrículas se deram nos três níveis: técnico,
783 graduação e pós-graduação. A pró-reitora de Administração, Juliana Queiroz
784 justificou a recuada em 2021 em virtude do ciclo de matrícula no SISTEC pois
785 estudantes ingressados em 2021 tiveram a matrícula registrada como um ciclo de
786 2022, por isso, a discrepância em relação aos exercícios de 2021 e 2022. Informou
787 que a meta do indicador de total de projetos de pesquisa institucionalizado para
788 2022 era de 180 (cento e oitenta) observados 197 (cento e noventa e sete) projetos
789 de pesquisa institucionalizado oriundos das mais diversas formas de ingresso,

790 advindos de edital de fluxo contínuo, do PAP — Programa de Apoio à Pesquisa, o PIC
791 — Programa de Iniciação Científica. Destacou que poderiam atribuir a superação da
792 meta, também aos projetos de pesquisa que foram institucionalizados em virtude
793 dos trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. Quanto ao gráfico
794 apresentado, que tratava de recursos financeiros aportados nos PAP e PIC, Juliana
795 informou que esse apoio se dava tanto na forma de bolsa quanto na forma de auxílio
796 financeiro para custear a aquisição de material de consumo e aquisição de material
797 permanente. Observou o acréscimo a cada ano e destacou a importância de
798 mencionar o intervalo de contenção orçamentária, período delicado pois o
799 compromisso era muito grande com a pesquisa para terem conseguido manter esse
800 aporte de recurso financeiro para pesquisa e com certeza em 2023 esse valor se
800 superaria, teriam mais aporte e o gráfico continuaria subindo nos próximos
801 exercícios, informou o total empreendido em 2022, a saber R\$ 857.637,04
802 (oitocentos e cinquenta e sete mil seiscentos e trinta e sete reais e quatro
803 centavos). Quanto ao indicador relação ingresso aluno (TCU) informou que era um
804 indicador obrigatório. Explicou que a relação ingresso/aluno estabelecia a relação
805 dos alunos ingressados no IFTO e dos que tinham pelo menos um dia de matrícula
806 no SISTEC no ano de exercício, ano de referência no caso 2022. Citou que em 2022 a
807 relação ingresso/aluno foi de 35% (trinta e cinco por cento). Apresentou o gráfico
808 que também trazia uma série histórica desde 2015 acerca de como a instituição se
809 comportou em relação ao ingresso estudante. Destacou a crescente quantidade de
810 ingressantes em 2019, aumentando em 45% (quarenta e cinco por cento) e
811 aumentando novamente em 2021, em uma taxa de 26% (vinte e seis por cento),
812 sendo inegável o impacto da pandemia covid-19 na manutenção das matrículas.
813 Juliana pediu que observassem a recuperação da instituição, que estava tentando
814 novamente voltar aos indicadores de 2018 e 2019. Enfim o indicador apresentava
815 bem o reflexo da pandemia na instituição. Juliana explicou que o próximo indicador
816 apresentado, sobre total de novas parcerias e convênios realizados pelo centro de
817 referência de educação à distância no IFTO, se correlacionava com o indicador de
818 matrículas e quanto maior o número de parcerias e convênios realizados maior o
819 número de matrículas. Informou que a meta deste indicador para 2022 era de cinco
820 parcerias e convênios e superaram de forma considerável a meta chegando a firmar
821 vinte e três parcerias e convênios com os municípios do Estado do Tocantins.
822 Atualmente haviam 65 (sessenta e cinco) municípios parceiros, destes, 47 (quarenta
823 e sete) ofertavam apenas cursos técnicos, quatro ofertavam cursos de graduação,
824 apenas um ofertava curso de pós-graduação, cinco municípios ofertavam graduação
825 e pós-graduação, três municípios ofertavam técnico e graduação e cinco municípios
826 viabilizavam as três formas de articulação (técnica, graduação e curso pós-
827 graduação). Em relação ao indicador de Ambientes Promotores de
828 Empreendedorismo e Inovação, citou que a meta para 2022 era criar sete ambientes
829 e que dobraram a meta chegando a 14 (quatorze) ambientes promotores. Esclareceu
830 que os ambientes eram incubadoras de empresas (4), laboratórios Makers em
831 funcionamento (3), empresas Juniores (3), os Escritórios Modelos em
832 funcionamento, ou seja, os 14 (quatorze) ambientes diziam respeito a essa forma de
833 articulação. Quanto ao indicador 303 - número de novas parcerias (acordos,
834 convênios, protocolos de intenções, PD&, etc) institucionais externas com
835 recebimento de recurso, informou que a meta para 2022 era firmar uma nova
836 parceria e conseguiram firmar seis novas parcerias. Apresentou a série histórica de
837 2019 a 2022, disse que a meta era pequena, sendo de apenas um por ano, mas já
838 haviam superado a meta dos os próximos 3 (três) anos com uma certa folga, o que

839 remetia a uma possibilidade de avanço para o próximo PDI, podendo cobrar mais
840 dentro desse indicador estabelecendo metas superiores para os próximos exercícios.
841 Informou que o indicador 304 dizia respeito ao alcance da comunidade externa por
842 meio de ações de extensão e destacou a importância de mencionar que essas ações
843 englobava qualquer tipo de ação que a extensão viabilizaria como palestras e cursos
844 de extensão, por isso era uma meta tão ambiciosa, pois era feita uma contagem de
845 pessoa física, de participação nos eventos nas ações de extensão. Citou que a meta
846 para 2022 era de 126 mil pessoas e conseguiram chegar em 2022 a 135 mil
847 pessoas segundo os dados catalogados pela PROEX. Destacou a crescente de 2019
848 representada no gráfico pela série histórica, e observou que estavam muito próximo
849 da meta projetada dentro do PDI (compatível e factível) possível de ser viabilizada. O
850 indicador concluinte/aluno (TCU), dos quantos estudantes ingressados quantos
851 concluíam o curso na Instituição, em 2022 foram 20,73 (vinte vírgula setenta e
852 três) pontos, índice muito superior a anos como 2017, 2018, 2019, ou seja, era um
853 bom indicativo, para acompanhar e pleitear o acréscimo, quanto maior o índice
854 melhor, maior a eficiência acadêmica. Quanto ao indicador de acompanhamento
855 orçamentário e gastos com contratos continuados, em forma de custeio, Juliana
856 disse que o mesmo sempre chamava muito atenção da comunidade e que dizia
857 respeito basicamente ao orçamento de funcionamento de manutenção. Explicou
858 que, ao longo dos anos, o conceito de contato continuado vinha sofrendo alteração,
859 citou que o almoxarifado, o Sofia Biblioteca, eram exemplos de contratos, além dos
860 contratos para contratação dos profissionais especializados no atendimento ao
861 aluno com deficiência, que não eram feitos por meio de terceirização, mas sim por
862 meio de contratação direta, no entanto que a partir de 2022 o ingresso desses
863 profissionais na instituição passou a se dar por via indireta. Informou que a meta
864 para 2022 era R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais) tendo ficado em R\$
865 23.771.602,18 (vinte e três milhões, setecentos e setenta e um mil seiscentos e dois
866 reais e dezoito centavos). Destacou o esforço de todos os *campi* e da Reitoria em
867 manter a economicidade desses contratos. Disse que o indicador foi realmente
868 formulado em outro cenário e que no próximo PDI seria necessária uma reavaliação
869 da meta. Informou os contratos que entraram nesse indicador como o de apoio
870 administrativo e técnico operacional - 26% (vinte e seis por cento) direcionados a:
871 contratos de apoio de vigias, recepcionistas, limpeza e conservação, vigilância
872 extensiva; as contas de caráter essencial como energia elétrica, profissionais
873 especializados em atendimento aos PCD's; e de mais contratos como internet, água,
874 Sofia, almoxarifado virtual. Justificou o porquê da superação deste indicador no ano
875 de 2022. Quanto ao Indicador da área de gestão de pessoas, percentual de
876 servidores capacitados, informou que consideravam nesse indicador o servidor que
877 tivesse participado de pelo menos uma ação de capacitação como, curso de curta da
878 duração, afastamento para a licença capacitação, palestra, evento institucional,
879 etc. toda ação de desenvolvimento entraria nesse índice. Informou que a meta para
880 2022 era de 25% (vinte e cinco por cento), e que aferiram 37,5% (trinta e sete e
881 meio por cento) em 2022, arriscou dizer, com muita convicção, que esse percentual
882 era maior porque ainda precisavam aprimorar os mecanismos de acompanhamento,
883 por ser uma instituição *multicampi*, e todos os *campi* viabilizarem ações de
884 desenvolvimento, por vezes era muito difícil acompanhar quais servidores foram
885 capacitados em determinada unidade/*campus*. Quanto ao indicador 0702 —
886 percentual de unidades com projeto de acessibilidade arquitetônico das edificações
887 elaborado. Lembrou que naquele momento estavam se referindo ao projeto, pois
888 quando o PDI foi concebido ainda não tinham os projetos, então entraram

889 primeiramente com as metas de elaboração dos projetos de acessibilidade e
890 combate ao incêndio. Disse que para o próximo poderiam ter ambição de colocar de
891 fato a execução e a finalização dos projetos. Informou que a meta era que 58%
892 (cinquenta e oito por cento) das unidades e em 2022, 63,63% (sessenta e três vírgula
893 sessenta e três por cento) já possuíam um projeto arquitetônico para
894 acessibilidade. Citou outro indicador relacionado a infraestrutura, que dizia respeito
895 à regularização e aprovação de projetos de combate a incêndio das edificações.
896 Informou que a instituição tem a obrigatoriedade de ter esses projetos aprovados
897 junto ao Corpo de Bombeiros, a meta era que 75% (setenta e cinco por cento) das
898 unidades tivessem esses projetos aprovados e o aferido em 2022 foi o percentual de
899 83,83% (oitenta e três vírgula oitenta e três por cento). Para o último indicador, o de
900 TI, percentual de unidades com parques tecnológicos atualizados, Juliana informou
901 que o correlacionava diretamente com o investimento na área de TI, para a
902 aquisição de computadores e sistemas, era um indicador que fazia um apanhado do
903 que a instituição investiu na área de TI, a meta para 2022 de atualização dos parques
904 tecnológicos era de 66% (sessenta e seis por cento) e chegaram a 70% (setenta por
905 cento). Disse que era importante mencionar todo o aporte de recursos que a
906 instituição sempre estava tentando viabilizar para adquirir novos computadores e
907 tentando manter o indicador acima do estabelecido. Quanto à última parte do
908 relatório de gestão, informou que trazia uma demonstração da eficiência e
909 da conformidade legal de áreas relevantes da gestão, de pessoas, contratos, de
910 responsabilidade orçamentária e financeira, como licitação, um apanhado da área
911 de TI e uma demonstração de eficiência. Quanto à área estratégica, e a expressão
912 citada em uma das tabelas do relatório “dotação atualizada” — o que de fato era
913 executado ao longo do ano. Juliana Queiroz ainda lembrou que, ao longo do ano
914 chegaram a discutir no Consup acerca da dificuldade que a Instituição estava
915 passando para manter os contratos. Informou que a Instituição podia fazer ajustes
916 em relação ao orçamento definido na LOA. Lembrou que no início do ano tinham
917 pouco mais de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para investimento (dotação
918 inicial) e a atualizada fechou em R\$ 3.200.000,00 (três milhões duzentos mil reais)
919 em virtude dessa alteração. Citou que um dos indicadores de resultado mensurava
920 exatamente quais eram as despesas de pessoal, outras despesas de custeio, que
921 eram despesas correntes, e as despesas de investimento. Apresentou um apanhado
922 feito com a comunidade gestora acerca do desempenho, a execução orçamentária
923 de 2022: do total da dotação atualizada - 99,30% (noventa e nove vírgula trinta por
924 cento) foram empenhados; 96,74% (noventa e seis vírgula sessenta e quatro) foram
925 liquidados; e 93,27% (noventa e três vírgula vinte e sete por cento) foram pagos no
926 ano de 2022. Apresentou o demonstrativo da execução financeira: desembolso total
927 de R\$ 280.110.580,23 (duzentos e oitenta milhões, cento e dez mil quinhentos e
928 oitenta reais e vinte e três centavos), 87,05% (oitenta e sete vírgula zero cinco por
929 cento) dizia respeito a despesas do exercício do ano de 2022 e 12,9% (doze vírgula
930 nove por cento) a despesas provenientes de exercícios anteriores. Apresentou o
931 demonstrativo da Gestão de Pessoas — Apontamentos dos Órgãos de Controle, no
932 qual, em 2022 houveram 29 notificações recebidas, que demandaram a apuração da
933 instituição, tendo sido 28 tratadas e concluídas ainda dentro do exercício. Citou
934 também duas demandas recebidas a acerca de compatibilidade de horários tratadas
935 e concluídas também dentro do exercício. Outro indicador da Gestão de Pessoas
936 apresentado (pela pró-reitora de administração) foi o da Política Nacional de
937 Desenvolvimento de Pessoas: que contava com 92 (noventa e dois) afastamentos
938 para capacitação concedidos em 2022. Programa Pró-Qualificar: com 73 (setenta e

três) benefícios mantidos em 2022, sendo renovados ou ingressantes, grande parte para custear doutorados. Informou que, para licitações e contratos foram mais de 47 (quarenta e sete) milhões de compras homologadas no painel de compras e desse total 45 (quarenta e cinco) milhões eram de pregão, forma de aquisição que devia ser adotada prioritariamente. Quanto ao indicador de Gestão de Tecnologia da Informação informou que foi feito um demonstrativo de como era feita a divisão do orçamento direcionado a TI, no qual mais de R\$ 2.000.000,00 foram investidos em 2022. O conselheiro Flávio Eliziário parabenizou toda a equipe da PROAD pelo relatório de gestão e a todo o IFTO pelos resultados alcançados, pois as metas alcançadas na maioria dos indicadores. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto seis, a saber: Deliberação acerca da aprovação do calendário acadêmico da pós-graduação *Lato Sensu* em Educação e Tecnologias Digitais, do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia do Instituto Federal do Tocantins, conforme Processo nº 23235.021607/2022-99. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, o presidente informou que a demanda do ponto sete, já tinha sido atendida na reunião anterior pela Resolução CONSUP/IFTO Nº 188, de 28 de fevereiro de 2023 (1905685). Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto oito, a saber: Deliberação acerca da aprovação do calendário acadêmico 2023/2024 do curso de pós-graduação *Lato sensu* em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática, Desenvolvimento de Sistemas Computacionais e Desenvolvimento Agropecuário Sustentável do *Campus* Araguatins, do IFTO, conforme Processo nº 23233.028162/2022-98. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto nove, a saber: deliberação acerca das alterações do projeto pedagógico do curso superior de tecnologia em Gestão Pública, modalidade presencial, ofertado pelo *Campus* Gurupi, conforme Processo 23338.024755/2022-15. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto dez, a saber: Deliberação acerca das alterações do projeto pedagógico do curso superior de tecnologia em Produção de Grãos, modalidade presencial, ofertado pelo *Campus* Gurupi, conforme Processo 23338.024756/2022-51. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto onze, a saber: Deliberação acerca das alterações do projeto pedagógico do curso superior de licenciatura em Teatro, modalidade presencial, ofertado pelo *Campus* Gurupi, conforme Processo 23338.022959/2022-11. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto doze, a saber: deliberação acerca do pedido de alteração da jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, em tempo integral, com dedicação exclusiva para 40 (quarenta) horas semanais, em tempo integral sem dedicação exclusiva, requerida pela servidora Carmem Maria Coimbra Manhães, matrícula Siape nº 1660810, ocupante do cargo de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, lotada no *Campus* Avançado Pedro Afonso, conforme Processo nº 23235.001876/2023-10. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por 12 (doze) votos favoráveis e 2 (duas) abstenções, a saber de Cristieley e Elson. Na sequência, procedeu-se a deliberação *in bloco* dos pontos treze a vinte sete, que se tratavam de convalidações de resoluções *ad referendum* a saber: ponto treze, deliberação

989 acerca da convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 74, de 19 de
990 dezembro de 2022, que aprovou, *ad referendum*, o projeto pedagógico do curso de
991 pós-graduação lato sensu em Docência para Educação Profissional e Tecnológica
992 do *Campus* Colinas do Tocantins, conforme Processo nº 23725.017727/2022-70;
993 ponto catorze, deliberação acerca da convalidação da Resolução *ad*
994 *referendum* CONSUP/IFTO nº 75, de 19 de dezembro de 2022, que aprovou, *ad*
995 *referendum*, o projeto pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em
996 Computação Aplicada do *Campus* Colinas do Tocantins, conforme Processo
997 nº 23725.023783/2022-43; ponto quinze, deliberação acerca da convalidação da
998 Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 76, de 19 de dezembro de 2022, que
999 aprovou, *ad referendum*, o projeto pedagógico do curso de pós-graduação *lato*
1000 *sensu* em Sistemas Integrados de Produção Agrícola do *Campus* Colinas do
1001 Tocantins, conforme Processo nº 23725.017001/2022-37; ponto
1002 dezesseis, deliberação acerca da convalidação da Resolução *ad*
1003 *referendum* CONSUP/IFTO nº 77, de 21 de dezembro de 2022, que aprovou, *ad*
1004 *referendum*, alterações no calendário acadêmico do curso de pós-graduação *lato*
1005 *sensu* em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica do *Campus* Porto
1006 Nacional, conforme Processo nº 23337.026467/2022-05; ponto dezessete,
1007 deliberação acerca da convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº
1008 78, de 22 de dezembro de 2022, que aprovou, *ad referendum*, o calendário
1009 acadêmico dos cursos de pós-graduação *lato sensu* do *Campus* Colinas do Tocantins,
1010 conforme Processo nº 23725.026990/2022-50; ponto dezoito, deliberação acerca da
1011 convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 79, de 29 de dezembro
1012 de 2022, que aprovou, *ad referendum*, alterações no projeto pedagógico do curso
1013 superior de bacharelado em Engenharia Civil, modalidade presencial, ofertado
1014 pelo *Campus* Palmas, conforme Processo nº 23236.014670/2022-69; ponto
1015 dezenove, deliberação acerca da convalidação da Resolução *ad*
1016 *referendum* CONSUP/IFTO nº 80, de 12 de janeiro de 2023, que aprovou, *ad*
1017 *referendum*, alterações no projeto pedagógico do curso superior de tecnologia em
1018 Gestão do Agronegócio do *Campus* Palmas, conforme o Processo
1019 nº 23236.021159/2022-13; ponto vinte, deliberação acerca da convalidação da
1020 Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 81, de 12 de janeiro de 2023, que
1021 aprovou, *ad referendum*, a criação do curso superior de licenciatura em Letras:
1022 Língua Inglesa do *Campus* Paraíso do Tocantins, conforme o Processo
1023 nº 23234.024323/2022-64; ponto vinte e um, deliberação acerca da convalidação da
1024 Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 82, de 16 de janeiro de 2023, que
1025 aprovou, *ad referendum*, alterações no projeto pedagógico do curso superior de
1026 tecnologia em Gestão Pública do *Campus* Palmas, conforme o Processo
1027 nº 23236.022269/2022-01; ponto vinte e dois, deliberação acerca da convalidação
1028 da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 83, de 18 de janeiro de 2023, que
1029 aprovou, *ad referendum*, alterações no projeto pedagógico do curso de superior de
1030 tecnologia em Sistemas para Internet do *Campus* Palmas, conforme Processo
1031 nº 23236.007577/2022-06; ponto vinte e três, deliberação acerca da convalidação
1032 da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 84, de 18 de janeiro de 2023, que
1033 aprovou, *ad referendum*, alterações no projeto pedagógico do curso superior de
1034 bacharelado em Engenharia Civil do *Campus* Gurupi, conforme o Processo
1035 nº 23338.025161/2022-13; ponto vinte e quatro, a saber: deliberação acerca da
1036 convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 85, de 18 de janeiro de
1037 2023, que aprovou, *ad referendum*, a criação do curso de licenciatura em Pedagogia
1038 do *Campus* Colinas do Tocantins, conforme Processo nº 23725.013394/2022-18;

1039 ponto vinte e cinco, deliberação acerca da convalidação da Resolução *ad*
1040 *referendum* CONSUP/IFTO nº 86, de 23 de março de 2023, que aprovou, *ad*
1041 *referendum*, ad referendum, o projeto de pesquisa intitulado: Controla+: Estudos do
1042 uso de agrotóxicos no controle de pragas, doenças e plantas daninhas em plantas
1043 cultivadas, safra 2022/2023 – Ação: IharaBras Desenvolvimento, conforme o
1044 Processo nº 23235.005247/2023-69; ponto vinte e seis, a saber: deliberação acerca
1045 da convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 87, de 23 de
1046 março de 2023, que aprovou, *ad referendum*, o projeto de extensão intitulado:
1047 Trilhando os solos: diagnóstico como ferramenta, conforme Processo
1048 nº 23235.005738/2023-18; ponto vinte e sete, deliberação acerca da convalidação
1049 da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 88, de 30 de março de 2023, que
1050 aprovou, *ad referendum*, o projeto de pesquisa intitulado: Controla+: Estudos do uso
1051 de agrotóxicos no controle de pragas, doenças e plantas daninhas em plantas
1052 cultivadas, safra 2022/2023 – Ação: CORTEVA CTVA, conforme Processo
1053 nº 23235.006368/2023-28. Os itens foram submetidos à votação, tendo sido todos
1054 aprovados por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o presidente
1055 agradeceu novamente a presença de todos, e eu, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa,
1056 secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, que, depois de lida e
1057 aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente do Conselho e pelos membros
1058 deste Conselho que compareceram à reunião.

1059

1060



Documento assinado eletronicamente por **Yohann Cristian Alves, Conselheiro**, em 15/08/2023, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maukers Alem Lima Dias, Conselheiro**, em 15/08/2023, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gerson Alves de Oliveira, Conselheiro**, em 16/08/2023, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiely Maria de Sousa Alves de Oliveira, Conselheira**, em 21/08/2023, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elson Martins Neves, Conselheiro**, em 21/08/2023, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pietro Lopes Rego, Conselheiro**, em 21/08/2023, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Oliveira Campos, Conselheiro**, em 21/08/2023, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Saldanha Alves Braga, Conselheiro**, em 21/08/2023, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clarissa Macedo Silva, Conselheira**, em 21/08/2023, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Karini Dias Ferreira Amorim, Conselheira**, em 23/08/2023, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mayana Alencar de Matos, Conselheira**, em 24/08/2023, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Cabral Neto, Conselheiro**, em 24/08/2023, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Delintro de Castro Neto, Conselheiro**, em 24/08/2023, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iomar Lima Lago, Conselheiro**, em 24/08/2023, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Barreto Almeida dos Santos, Conselheiro**, em 28/08/2023, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Fontolan Tardivo, Conselheiro**, em 28/08/2023, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, Secretária**, em 30/08/2023, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio da Luz Júnior, Presidente**, em 01/09/2023, às 08:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1961859** e o código CRC **CEF50218**.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul — CEP 77020-450 Palmas/TO — (63) 3229-2200
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.007404/2023-71

SEI nº 1961859